



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/DPF/FIG/PR

PROJETO BÁSICO  
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1. **OBJETO**

1.1. **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, conforme condições quantidades e e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos PARA:**

1.1.1. EXECUÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA INSTALAÇÃO DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA À REDE (SFCR) FIXADAS A ESTRUTURA DE VAGAS VEICULARES COBERTAS (CARPORT) PARA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL E PÁTIO DE VEÍCULOS EM FOZ DO IGUAÇU-PR.

Item	Quantidade	Descrição do item	localidade	kVA	Custo Máximo sem BDI	Custo Máximo com BDI
1	1	EXECUÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA INSTALAÇÃO DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA À REDE (SFCR) FIXADAS A ESTRUTURA DE VAGAS VEICULARES COBERTAS (CARPORT) PARA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL E PÁTIO DE VEÍCULOS EM FOZ DO IGUAÇU-PR.	Foz do Iguaçu	305	<b>R\$ 1.989.498,09</b>	<b>R\$ 2.237.219,59</b>

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de **SERVIÇO NÃO COMUM DE ENGENHARIA**.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no Caderno de Encargos e Planilha Orçamentária, anexos deste do Projeto Básico.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **empreitada por preço global**.
- 1.5. O contrato terá **vigência** pelo período de até **270 (duzentos e setenta) dias corridos**, sendo prorrogável na forma da lei de licitações.
- 1.6. A execução do contrato terá duração de 180 dias corridos, a contar da data prevista na Ordem de Serviço de Abertura.

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. As justificativas para aquisição de SFCR encontram-se detalhadas no Documento de Formalização da Demanda e no Estudo Técnico Preliminar conforme extrai-se:

- 2.1.1. Considerando que a unidade de Foz do Iguaçu, apresenta um elevado gasto mensal com despesas relativas à consumo energético.
- 2.1.2. Considerando que a geração de energia solar se mostra oportuna nessa delegacia, uma vez que há o desenvolvimento paralelo do projeto de reforma da rede elétrica dessas unidade, projetos esses que se complementam na proposta de adequação e otimização dos recursos desse unidade. A proposta dessa demanda se pauta no desenvolvimento e conexão da estrutura de geração fotovoltaica na rede elétrica modernizada dessa delegacia.
- 2.1.3. Considerando que as atividades na Delegacia de Polícia Federal acontecem, preferencialmente, no período diurno, podendo ser considerada a relação de 1:1 entre geração e demanda para este horário, ou seja, toda a carga demandada seria suprida pela geração fotovoltaica.
- 2.1.4. Considerando que a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu-PR abunda em espaço físico para a instalação dos painéis fotovoltaicos, além desse projeto suprir em parte ou plenamente a demanda sucateada de área coberta destinada a viaturas e veículos apreendidos de valor elevado.
- 2.1.5. Considerando que a estrutura de geração trará a ideia de modernização e consciência ambiental, valorizando a estética atual das instalações desta delegacia, além de atender requisitos de sustentabilidade e certificação / etiquetagem de edifícios públicos (PROCEL EDIFICA - Eficiência Energética nas Edificações).
- 2.1.6. Considerando que o clima da região favorece a geração solar e traz benefícios substanciais em praticamente todas as estações do ano, principalmente no verão local, em que se tem um consumo elevado de energia elétrica vinculada à climatização de ambientes.

2.1.7. Considerando que o Brasil é signatário do Acordo de Paris de 2015, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que tem, como um dos objetivos reduzir em 10% o consumo de energia elétrica até 2030.

2.1.8. Considerando o Plano nacional de Energia, aprovado pela Portaria MME nº 594 de 18/10/2011.

2.1.9. Considerando que a IN 02 de junho de 2014- MPOG/SLTI que destaca:

***Art.6º As obras de retrofit devem ser contratadas visando à obtenção da ENCE Parcial da Edificação Construída classe "A" para os sistemas individuais de iluminação e de condicionamento de ar, ressalvados os casos de inviabilidade técnica ou econômica, devidamente justificados, devendo-se, nesse caso, atingir a maior classe de eficiência possível.***

***Parágrafo único. Ainda que nem todos os sistemas avaliados na edificação (envoltória, iluminação e condicionamento de ar) sejam objeto do retrofit, é recomendável que a edificação seja completamente avaliada, emitindo-se a ENCE Geral.***

2.1.10. Considerando que a utilização de energia proveniente de usina fotovoltaica contabiliza pontos para emissão da ENCE.

2.1.11. Considerando que a PORTARIA Nº 42, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021/INMETRO considera a cobertura de painel fotovoltaica como aproveitamento energético.

2.1.12. Considerando que já existe um Projeto Executivo de Sistema Fotovoltaico Conectado a Rede (SFCR) para a unidade da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, disponível em Projeto Executivo SFCR - DPF/FIG/PR 18835965.

2.1.13. Considerando as iniciativas para redução do consumo energético tais como:

- a) revitalização do sistema chiller de refrigeração;
- b) troca gradual da iluminação da edificação por luminárias/lâmpadas que possuam tecnologias mais eficientes;
- c) conscientização dos funcionários para a racionalização dos recursos hídricos e energéticos.

2.1.14. Considerando que tais iniciativas tiveram como resultado a diminuição no consumo de energia.

2.1.15. Considerando ainda que somam-se os esforços entre medidas de eficiência energética e a geração própria para que se alcance a maior pontuação para etiquetagem ENCE e, consequente redução das despesas de custeio.

2.2. Nesse contexto verifica-se que a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu não está apenas apta a receber investimento para geração de energia fotovoltaica, mas também existe obrigação legal e ambiental em viabilizar tal empreendimento.

2.3. Desse rol de justificativas pretende-se:

2.3.1. Atender item contido no PLANOB 2021;

2.3.2. Reduzir as despesas de custeio com energia elétrica.

- 2.3.3. Promover a consciência ambiental.
- 2.3.4. Alcançar o maior nível possível de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, para obtenção da etiquetagem ENCE.
- 2.3.5. Atender a demanda parcial ou integral da necessidade de vagas cobertas nessa delegacia, com estrutura de duração de longo prazo, superior a 10 anos e com possibilidade de funcionamento de 25 anos.
- 2.4. Atender as exigências para obtenção da etiqueta ENCE da edificação.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

3.2. As etapas da solução, de forma resumida, se dividem em:

- 3.2.1. **Levantamento topográfico;**
- 3.2.2. **Estudos geotécnicos;**
- 3.2.3. **Demolições;**
- 3.2.4. **Limpeza do terreno;**
- 3.2.5. **Construções e ligações provisórias;**
- 3.2.6. **Alocação da obra;**
- 3.2.7. **Movimento de terra;**
- 3.2.8. **Drenagem do terreno;**
- 3.2.9. **Transporte, acessos provisórios;**
- 3.2.10. **Proteção e sinalização.**
- 3.2.11. **Fundações;**
- 3.2.12. **Abertura de valas;**
- 3.2.13. **Fixação das estruturas de carport;**
- 3.2.14. **Lançamento de cabos;**
- 3.2.15. **Instalação dos painéis fotovoltaicos;**
- 3.2.16. **Instalação dos inversores;**
- 3.2.17. **Instalação da rede cabos CC;**

- 3.2.18. **Instalação do transformador de média tensão;**
- 3.2.19. **Instalação da rede de dados;**
- 3.2.20. **Testes e comissionamento do sistema de geração e sinóticos de operação e gestão;**
- 3.2.21. **Treinamento para manutenção e limpeza;**
- 3.2.22. **Treinamento para operação e gestão;**
- 3.2.23. **Vistoria e conformidade da concessionária de energia elétrica.**

3.3. O modelo de execução dos serviços, encontra-se detalhado no Caderno de Encargos produzido pela empresa que elaborou o Projeto Executivo.

#### 4. **CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço **NÃO COMUM DE ENGENHARIA**, a ser contratado mediante licitação, na **MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS**.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Classificação CATSER/CATMAT e CBO
  - a) Serviços de Engenharia - CATSER código 22225.
  - b) Engenheiro Civil - CBO código 2142-05.
  - c) Arquiteto - CBO código 2141-05.
  - d) Engenheiro Eletricista - CBO código 2143-05.
  - e) Pedreiro - CBO código 7152-10
  - f) Auxiliar de Pedreiro - CBO código 7170-20
  - g) Eletricista - CBO código 9511-05

h) Eletricista Auxiliar - CBO código 7156-15

i) Mestre de Obras - CBO código 7102-05

#### 5.1.2. Natureza da Contratação

5.1.2.1. A natureza da contratação é de **serviço não continuado** pois trata-se de aquisição e instalação de um sistema de Geração Fotovoltaica com a criação de vagas veiculares cobertas por meio de estruturas metálicas denominadas **carpots**.

5.1.2.2. A duração inicial do contrato é de 180 dias.

5.1.2.3. eventual necessidade de transferência de conhecimento

5.1.2.4. Soluções de mercado

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

### 6.0.1. Práticas de Sustentabilidade

a) De acordo com o capítulo II da SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

b) Para a execução do SFCR, deverá ser esclarecido, quando da obtenção dos insumos, se foram obedecidos os requisitos mínimos estabelecidos em normas para a escolha dos materiais, máquinas e equipamentos no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

c) A empresa contratada deverá valer-se das seguintes normas e diretrizes:

6.0.1.1. Normas ABNT para sustentabilidade:

- a) ABNT ISO/TR 14062:2004
- b) ABNT NBR 16001:2012
- c) ABNT NBR ISO 10002:2005
- d) ABNT NBR ISO 10014:2008
- e) ABNT NBR ISO 14001:2015
- f) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014
- g) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014
- h) ABNT NBR ISO 26000:2010
- i) ABNT NBR ISO 31000:2009
- j) ABNT NBR ISO 50001:2011
- k) ABNT NBR ISO 9001:2015
- l) ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010

6.0.1.2. Legislação Ambiental e correlatas:

- a) Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente.
- b) Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima.
- c) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- d) Lei nº 12.349/2010 – Alterou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93.
- e) Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta o pregão eletrônico.
- f) Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio.
- g) Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93.
- h) Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal

- i) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funciona.
- j) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
- k) Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal.
- l) Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.
- m) Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas.
- n) Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública.
- o) Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.

6.0.1.3. A empresa contratada deverá ainda, esclarecer e justificar quanto:

- a) A possibilidade de reutilizar ou redimensionar material já existente ou proveniente do desfazimento.
- b) A utilização de matéria prima florestal com procedência verificada nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006.
- c) A utilização de agregados reciclados que compõem os materiais, máquinas ou equipamentos que vieram a ser adquiridos.
- d) Aos procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos em norma.

## 7. VISTORIAS PARA LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o **LICITANTE PODERÁ REALIZAR VISTORIA NAS INSTALAÇÕES DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone: (45) 3576-5715

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, não poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento, por meio de Termo de Vistoria ou Renúncia, de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A efetiva execução dos serviços será precedida de:

8.1.1. Emissão da Ordem de Serviço de Abertura.

8.1.2. Visita Técnica inicial.

8.1.3. Reunião de alinhamento inicial.

8.2. A contratada deverá efetuar uma Visita Técnica inicial, em cada uma das localidades/instalações da contratante, para que seja possível o cumprimento adequado das obrigações contratuais, visando dirimir eventuais dúvidas a respeito do Edital e dar oportunidade a contratada de consultar maiores detalhes dos serviços a serem prestados.

8.3. A Visita Técnica inicial deverá ser efetuada após a emissão da Ordem de Serviço de Abertura (OS) para início da obra / serviço.

8.4. O não comparecimento na Visita Técnica, visto que é etapa imprescindível para o início dos trabalhos, motivará, de imediato, formalização de sanção administrativa segundo critérios deste Projeto Básico.

8.5. O prazo para a execução dos serviços começará a contar da data prevista na Ordem de Serviço de Abertura (OS) para início da obra / serviço, devendo a contratada alocar a mão de obra e iniciar os serviços de acordo com as necessidades do contrato e seguindo as diretrizes da contratante no tocante a:

8.5.1. Horário em que os serviços serão prestados, quando for o caso;

8.5.2. Local da prestação dos serviços, quando for o caso;

8.5.3. Periodicidade dos serviços, quando for o caso.

8.6. Na Ordem de Serviço de Abertura deverá constar:

8.6.1. Nome/razão social da contratada;

8.6.2. Nome do preposto e (ou) responsável técnico, cuja capacidade técnica operacional foi aprovada durante a fase de certame;

8.6.3. Nome dos fiscais do contrato;

- 8.6.4. Local de execução dos serviços;
- 8.6.5. Prazo para o término dos serviços;
- 8.6.6. Valor total do empenho;
- 8.6.7. Forma de pagamento;
- 8.6.8. Objeto, escopo ou quantidade de serviço contratado;
- 8.6.9. Data para efetivo início dos serviços.
- 8.7. Para os serviços ou projetos que necessitem de acesso a propriedade intelectual cuja posse é da Administração Pública, será exigida a lavratura de Termo de Confidencialidade e Responsabilidade.
- 8.8. A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou (RRT), deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço Inicial.
- 8.9. A execução do Projeto Executivo de SFCR, deverá observar as etapas descritas no, Cronograma de Execução, anexo deste PB:
- 8.10. Em linhas gerais deverá obedecer o seguinte modelo:
  - 8.10.1. **MINIGERAÇÃO - 180 ( CENTO E OITENTA) DIAS CORRIDOS**
    - 8.10.1.1. SERVIÇOS PRELIMINARES - até **30** (TRINTA) DIAS;
      - a) Instalações provisórias;
      - b) Ligações provisórias.
      - c) Sinalização da obra;
    - 8.10.1.2. FUNDAÇÃO E ESTRUTURAS - até **120** (CENTO E VINTE) DIAS;
      - a) Demolições, retiradas e escavações;
      - b) Fornecimento e instalação de estruturas de fixação dos carports;
      - c) Fornecimento e instalação de estrutura carport;
    - 8.10.1.3. REDE SUBTERRÂNEA PARA CABOS - até **120** (CENTO E VINTE) DIAS;
      - a) Demolições e escavações;
      - b) Caixas de passagem;
    - 8.10.1.4. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - até **180** (CENTO E OITENTA) DIAS;
      - a) Lançamento de cabos;
      - b) Instalação de inversores;

c) Instalação dos painéis.

8.10.1.5. SERVIÇOS FINAIS - até **180** (CENTO E OITENTA) DIAS.

a) Comissionamento;

b) Remoção de entulhos;

c) Retirada da sinalização da obra;

8.10.2. **MICROGERAÇÃO - 90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS**

8.10.2.1. SERVIÇOS PRELIMINARES - até **30** (TRINTA) DIAS;

a) Instalações provisórias;

b) Ligações provisórias.

c) Sinalização da obra;

8.10.2.2. FUNDAÇÃO E ESTRUTURAS - até **60** (SESSENTA) DIAS;

a) Demolições, retiradas e escavações;

b) Fornecimento e instalação de estruturas de fixação dos carports;

c) Fornecimento e instalação de estrutura carport;

8.10.2.3. REDE SUBTERRÂNEA PARA CABOS - até **60** (SESSENTA) DIAS;

a) Demolições e escavações;

b) Caixas de passagem;

8.10.2.4. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - até **60** (SESSENTA) DIAS;

a) Lançamento de cabos;

b) Instalação de inversores;

c) Instalação dos painéis.

8.10.2.5. SERVIÇOS FINAIS - até **90** (NOVENTA) DIAS.

a) Comissionamento;

b) Remoção de entulhos;

c) Retirada da sinalização da obra;

8.11. Quando os serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via e-mail e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local do serviço) informando o término dos serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será

lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todo o projeto, que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO.

8.12. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

8.13. A entrega do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. (Lei 10.406 de 10/01/2002).

8.14. O Termo de Recebimento Definitivo do objeto será lavrado em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade competente e se tiverem sido atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento do objeto executado, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas.

8.15. O gestor do contrato, após emissão de Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.17. A quantidade e a proporção de parcelas definidas para o cronograma físico financeiro foi definida tendo como base a conveniência da administração pública, quantidade de documentos a serem emitidos além da complexibilidade dos documentos emitido em tela .

8.18. O pagamento da Administração de Obra (Mão de Obra mensal) somente será efetuada se as etapas previstas (serviços preliminares, fundações e estrutura, rede subterrânea para cabos, instalações elétricas e serviços finais) forem concluídas de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. E estarão sempre condicionadas ao término de cada macroetapa.

8.19. Qualquer pagamento referente a macroetapa do Cronograma Físico Financeiro, só será efetuado quando todas as subetapas nela contidas forem finalizadas.

8.20. Na eventualidade de conflitos entre este Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, códigos, normas, desenhos etc., prevalecerá o critério mais rigoroso, de melhor qualidade e eficácia, sendo que as questões remanescentes deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO, para aprovação por escrito, sempre antes de se iniciar o projeto e/ou fabricação do componente das instalações ou sistema.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Não se aplica.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. O Modelo de Gestão do Contrato se dará com fundamento na IN 05/2017 e eventuais alterações posteriores.

10.1.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

10.1.3. O conjunto de atividades de que trata o item anterior compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as disposições constantes da IN 05/2017 e seus anexos.

10.1.4. Caberá a fiscalização técnica verificar os documentos, pertinentes ao objeto do contrato, produzidos pela contratada, que guardem íntima relação com os aspectos técnicos de engenharia.

10.1.5. Caberá a fiscalização administrativa verificar os documentos que não sejam de escopo técnico da engenharia.

10.1.6. A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá ao Ordenador de Despesas, ou autoridade por este delegada, a qual emitirá Portaria específica de designação da equipe de fiscalização, com posterior publicação.

10.1.7. Para o exercício da função, considera-se cientificada a equipe de fiscalização contratual a partir da publicação da portaria.

10.1.8. Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá à autoridade administrativa demandante dos serviços ou à autoridade por esta delegada.

10.1.9. O fiscal substituto atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

10.1.10. Para o exercício da função, os fiscais deverão receber os documentos essenciais da contratação.

10.1.11. Consideram-se recebidos os documentos/processos relacionados e/ou mencionados através do SEI.

10.1.12. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

10.1.13. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.1.14. Após a assinatura do contrato, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, a contratante poderá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.1.15. Os assuntos tratados nas reuniões devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação.

10.1.16. As reuniões com a Contratada, quando não definidos em contrário, deverão ser semanais em local definido pela fiscalização na reunião de alinhamento.

10.1.17. A Contratada deverá entrar em contato com a fiscalização para alinhamento do local e horário para estabelecimento da reunião de alinhamento.

10.1.18. Toda reunião será registrada em Ata em duas vias de igual teor, uma para a Contratante e outra para a Contratada, assinada por todos os participantes.

10.1.19. A periodicidade de reuniões poderá ser alterada a critério da fiscalização.

10.1.20. Todas as comunicações e notificações à Contratada deverão ser feitas formalmente, por meio de documento inserido no SEI, pois o procedimento é de natureza formal. Os comprovantes de entrega das comunicações e notificações à Contratada deverão ser juntados aos respectivos processos.

10.1.21. As comunicações realizadas por meio de aplicativos de mensagem instantânea ou correlatos, embora informais, visto não possuírem caráter institucional, constituem meio de prova.

10.1.22. Toda comunicação por parte da Contratada deverá ser realizada por e-mail a ser definido pela fiscalização na reunião de início da execução contratual (reunião de alinhamento).

10.1.23. O objeto do contrato não trata de serviço continuado, portanto, considerar-se-á como medição do resultado, para efeitos de pagamento, a entrega total das parcelas que compõem as MACROETAPAS do objeto.

10.1.24. As etapas descritas no Cronograma Físico Financeiro são para efeito de fiscalização, portanto produzem resultado na medição dos prazos.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 11.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - 11.10.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - 11.10.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - 11.10.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
  - 11.10.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 11.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

12.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.



- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros
- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas

e legislação.

12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017.

12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante

12.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

12.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

12.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.29. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

12.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.

12.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

12.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.33. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

12.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

12.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.35.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

12.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso.

12.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais.

12.40.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata.

12.40.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

12.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

12.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

12.41.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

12.41.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

12.41.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

12.41.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

12.41.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

12.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.42.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

12.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

12.46. No caso de execução de obra:

12.46.1. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

12.46.2. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

12.46.3. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

12.46.4. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.

12.47. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

12.47.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos

elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

12.48. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.49. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12.50. Entregar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com as especificações detalhadas e exigidas na documentação técnica, anexa deste Projeto Básico.

12.51. No mesmo rol temos que:

12.52. Caso a contratada decida por solução diversa da especificada deverá apresentar justificativa técnica e comprovar a viabilidade econômica da nova solução sem prejuízo para a contratante, sendo necessária prévia aprovação da fiscalização técnica.

12.53. Comprovada a viabilidade da adequação, a contratada deverá formalizar, junto à concessionária de fornecimento de energia elétrica as respectivas alterações de projeto bem como proceder a atualização do pedido de acesso.

12.54. Qualquer mudança do Projeto Executivo anexo deste Projeto Básico deverá ser formalizada a concessionária de fornecimento de energia elétrica. Caberá a contratada a responsabilidade por toda e qualquer atualização e revisão de projeto sem prejuízo das respectivas Solicitações de Acesso a concessionária.

12.55. Para cada revisão de projeto, deverá ser solicitado, junto a concessionária, novo Parecer de Acesso.

12.56. A retirada ou inclusão de qualquer paisagismo ou vegetação, nativa ou exótica, das áreas objeto de contratação, deverá ser precedida de consulta e autorização dos respectivos órgão ambientais, tais como IBAMA, Secretaria de Meio Ambiente dentre outros. Os pedidos de autorização, bem como o pagamento dos encargos, taxas, emolumentos ou qualquer outra contrapartida, pecuniária ou não, ficam a cargo da contratada.

### 13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.1.2. Poderão ser subcontratados os itens **3.3.1 (para MINI e MICRO geração), 3.2.5 (para MINI e MICRO geração), 5.15 (para MICRO geração), 3.2.2 (para MINI e MICRO geração)** da Planilha Orçamentária 21209659.

13.1.3. Os itens selecionados são comuns de subcontratação. Optou-se por não fracionar a licitação e permitir a subcontratação desses itens, uma vez que são essenciais para execução da obra, são intrínsecos ao escopo, e o fracionamento impõe riscos desnecessários à contratação.

13.1.4. Sendo assim, é mais seguro e legalmente viável, a subcontratação destes itens sem a necessidade de proceder contratação apartada.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.2.1. No caso de obras, somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimo de 20% (vinte por cento) e máximo de 50% (cinquenta por cento) **do total do limite imposto no item 12.1**, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

13.4.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

13.4.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.4.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.4.4. a empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

13.4.5. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

13.4.5.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.4.6. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

13.4.7. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

#### 14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades



constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

15.13.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto

15.13.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

15.13.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

15.13.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

15.13.1.4. aos depósitos do FGTS; e

15.13.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato

15.13.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

15.13.3. oficial os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

15.13.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

15.14. Para a fiscalização da execução dos serviços não haverá a necessidade de criar rotinas acessórias.

15.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.3. A contratação que se pretende celebrar trata de contrato de escopo, não há previsão de serviço continuado. Sendo assim a avaliação da execução do objeto terá como referência as etapas do Cronograma Físico Financeiro da seguinte maneira:

- 16.3.1. cada item compõe um macroetapa da execução;
- 16.3.2. cada subitem compõe uma subetapa da execução;
- 16.3.3. para cada mês atribuiu-se uma janela de tempo onde deverão ser realizadas as aferições dos serviços com vistas a produção de recebimento definitivo de cada etapa;
- 16.3.4. o recebimento definitivo de cada etapa ensejará emissão de nota fiscal;
- 16.3.5. não haverá recebimento definitivo da etapa quando houver subetapa pendente.

## 17. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

17.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.2.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.2.2. No prazo de até *30 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos e relatórios da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e

encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.2.3. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.2.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.2.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

17.2.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.3. Nos contratos de escopo O recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

17.3.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado;

17.3.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

17.3.3. O prazo para recebimento definitivo será de **90 dias**.

17.3.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 18. PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço referente à totalidade das etapas ou subetapas contidas em determinado período de tempo do cronograma, conforme este Projeto Básico.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, conforme cada medição executada.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 18.16.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 18.16.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das

contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

18.18.	$I = (TX)$	18.19.	$I = (6 / 100) / 365$
--------	------------	--------	-----------------------

## 19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

19.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI (SICRO) do mês Agosto de 2021.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice a variação do INCC, Índice Nacional da construção Civil, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.

## 21. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 21.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 21.1.6. Não manter a proposta.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3 e 21.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 21.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 21.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 21.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 21.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica-legal a serem atendidos pelo fornecedor são os seguintes:
- 22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
- 22.3.2. Quanto à **capacitação técnico-operacional**: apresentação de atestado de capacidade técnica, podendo ser registrados no CREA/CAU ou fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução do serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas:
- a) Serviço de engenharia para **execução de SFCR**, com potência total mínima equivalente a 50% das parcelas de maior relevância, CLASSE A da CURVA ABC, ou seja, a potência total mínima exigida para comprovação da capacitação técnico-operacional é de **118,95 kVA**;
- 22.3.3. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a seguir discriminadas:
- a) Responsáveis Técnicos (RT), nas áreas de arquitetura ou engenharia civil e engenharia elétrica.
- b) Especificar instalações físicas, aparelhamento específico, equipamentos, softwares licenciados, e demais aparatos, para o atendimento ao objeto contratado.
- c) **Não será admitido somatório de atestados para alcançar a capacidade técnica operacional.**
- 22.3.4. Quanto à capacitação técnico-operacional:
- 22.3.4.1. Para o Engenheiro Eletricista:
- a) Comprovação da **capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;
- b) Serviço de engenharia para **execução de SFCR**, com potência total mínima equivalente a 50% das parcelas de maior relevância, CLASSE A da CURVA ABC, ou seja, a potência total mínima exigida para comprovação da capacitação técnico-operacional é de **118 kVA**;
- 22.3.4.2. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto
- a) Serviço de engenharia para **execução de estrutura metálica** (perfil/treliça) equivalente a 50% das parcelas de maior relevância, CLASSE A da CURVA ABC, ou seja, a área total mínima exigida para comprovação da

capacitação técnico-operacional é de **780 m² de área de intervenção**.

**22.3.5. Será admitido somatório de atestados apresentados pelo profissional como forma de alcançar a capacidade técnico-profissional exigida, da seguinte maneira:**

22.3.5.1. Para o Engenheiro Eletricista - deverá ser apresentado ao menos um Atestado de Capacidade Técnica de Minigeração (superior a 75kW) para atingir o mínimo de 118 kVA.

22.3.5.2. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto o somatório de até 3 atestados para atingir o mínimo de 780 m² de área coberta.

22.3.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

22.3.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.3.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

22.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

**22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:**

22.4.1. Valor Global: **R\$ 2.237.219,59** (dois milhões duzentos e trinta e sete mil duzentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos)

22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.4.3. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo

unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

- 22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 23. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E REFRÊNCIAS

- 23.1. Para elaboração dos custos com mão de obra, para projeto, utilizou-se o regime de tributação não desonerado
  - 23.1.1. Para o cálculo do BDI não foi incluída a CPRB.
  - 23.1.2. O BDI para serviços foi estipulado em 22,27%.
  - 23.1.3. O BDI para itens de mero fornecimento foi estipulado em 11,40%.
- 23.2. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo: **R\$ 2.237.219,59** (dois milhões duzentos e trinta e sete mil duzentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos).
- 23.3. Tal valor foi obtido por meio de método de cálculo para valor de projeto tendo como referência os preços unitários e composições da Tabela SINAPI-PR 06/2021.
- 23.4. Os métodos utilizados para valor de projeto, orçamentos, preços de referência e memórias de cálculo estão descritos no **Memorial de Cálculo Anexo deste Projeto Básico**.

## 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 24.1. O objeto de contrato **NÃO SE ENQUADRA EM ATIVIDADE DE CUSTEIO**, trata-se de execução de obra, portanto fora dos limites impostos pelos Decreto 10.193 de 27/12/2019 e Decreto 7689 13/06/2012.
  - 24.1.1. A autorização para execução do SFCR esta prevista no PLANOB 2021 nº SEI 17195794.
- 24.2. A previsão orçamentária (DDO) 21026962.
- 24.3. As despesas para atender a esta operação estão programadas em dotação própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:
  - 24.3.1. Gestão/Unidade: 00001/200366, Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu
  - 24.3.2. Fonte: FUNAPOL exercício anteriores
  - 24.3.3. Programa de Trabalho:

- 24.3.4. Elemento de Despesa: 449051 OBRAS E INSTALAÇÕES
- 24.3.5. Plano Interno: PF99E000020
- 24.3.6. Nota de Empenho:

**25. INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

- 25.1. PROJETO BÁSICO GTED/DPF/FIG/PR (22136756);
- 25.2. ANEXO I - CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (20989230);
- 25.3. ANEXO II - FORMAÇÃO DO BDI (21238470);
- 25.4. ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CERTAME (21209659);
- 25.5. ANEXO IV - PRANCHAS MINIGERAÇÃO (21238061);
- 25.6. ANEXO V - PRANCHAS MICROGERAÇÃO (21238106);
- 25.7. ANEXO VI - RESPONSABILIDADE TÉCNICA (20116968);
- 25.8. DOCUMENTO ART PROJETO BÁSICO (21227867);
- 25.9. DOCUMENTO ART PROJETO EXECUTIVO SOLIUS 21227932;
- 25.10. ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (21209692);
- 25.11. ANEXO VIII - DIRETRIZES BÁSICAS DE ELÉTRICA (20117305);
- 25.12. ANEXO IX - DIRETRIZES DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS (20117343);
- 25.13. ANEXO X - DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA (20117674);
- 25.14. ANEXO XI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (20117717);
- 25.15. ANEXO XII - TERMO DE CESSÃO DE USO DE DIREITOS (20117766);
- 25.16. ANEXO XIII - DECLARAÇÃO CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (20117974);
- 25.17. ANEXO XIV - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE OBRA (20118351);
- 25.18. ANEXO XV - PLANILHA MODELO PARA PREENCH. DA PROPOSTA (21209731).
- 25.19. PROJETO EXECUTIVO SOLIUS (21222691);
- 25.20. DOCUMENTO CURVA ABC (21231605);
- 25.21. DOCUMENTO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA (21236324);



- 25.22. DOCUMENTO PLANILHA ORÇAMENTOS PRÓPRIOS (21231737);
- 25.23. PARECER CONJUR DESVIO DE FUNÇÃO (21232304);
- 25.24. TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES (21203835);
- 25.25. DOCUMENTO MATRÍCULA IMÓVEL (20866587).

**ASSINAM ESTE DOCUMENTO:**

- Marcelo de Almeida Felipe, Mat. 17.070, Integrante Técnico Titular;
- Jonathan Luiz Wohlke, Mat. 17.681, Integrante Administrativo Titular;
- Márcio de Souza Bouzas, Mat. 16.380, Integrante Titular Setor Demandante

**NA AUSÊNCIA DOS INTEGRANTES TITULARES, DENTRO DE SUAS RESPECTIVAS UNIDADES, ASSINAM ESTE DOCUMENTO:**

- Luiz Condi de Godoi, Mat. 13.560, Integrante Técnico Substituto
- Richard Di Napoli Paula Silva, Mat. 13.549, Integrante Administrativo Substituto;
- Jacqueline Rodrigues, Mat. 4.209, Integrante Substituto Setor Demandante



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE ALMEIDA FELIPE, Perito(a) Criminal Federal**, em 16/02/2022, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DE SOUZA BOUZAS, Agente de Polícia Federal**, em 16/02/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22136756** e o código CRC **43384B25**.

Referência: Processo nº 08389.004012/2021-41

SEI nº 22136756



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/DPF/FIG/PR

Assunto: **Projeto básico e Anexos para instalação de Sistema Fotovoltaico na DPF/FIG/PR**

Destino: **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DPF/FIG/PR**

Processo: **08389.004012/2021-41**

Interessado: **GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/DPF/FIG/PR**

1. Considerando que foram solicitadas, pela CPL/SELOG/DPF/FIG/PR informações complementares nesse processo de contratação de obra para a instalação de Sistema Fotovoltaico na DPF/FIG/PR.
2. Considerando que compõem a última revisão dos documentos, elaborados pelo GTED/DPF/FIG/PR, os itens abaixo relacionados:
  - 2.1. PROJETO BÁSICO GTED/DPF/FIG/PR (21250186);
  - 2.2. ANEXO I - CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (20989230);
  - 2.3. ANEXO II - FORMAÇÃO DO BDI (21238470);
  - 2.4. ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CERTAME (21209659);
  - 2.5. ANEXO IV - PRANCHAS MINIGERAÇÃO (21238061);
  - 2.6. ANEXO V - PRANCHAS MICROGERAÇÃO (21238106);
  - 2.7. ANEXO VI - RESPONSABILIDADE TÉCNICA (20116968);
  - 2.8. DOCUMENTO ART PROJETO BÁSICO (21227867);
  - 2.9. DOCUMENTO ART PROJETO EXECUTIVO SOLIUS 21227932;
  - 2.10. ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (21209692);
  - 2.11. ANEXO VIII - DIRETRIZES BÁSICAS DE ELÉTRICA (20117305);
  - 2.12. ANEXO IX - DIRETRIZES DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS (20117343);

- 2.13. ANEXO X - DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA (20117674);
- 2.14. ANEXO XI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (20117717);
- 2.15. ANEXO XII - TERMO DE CESSÃO DE USO DE DIREITOS (20117766);
- 2.16. ANEXO XIII - DECLARAÇÃO CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (20117974);
- 2.17. ANEXO XIV - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE OBRA (20118351);
- 2.18. ANEXO XV - PLANILHA MODELO PARA PREENCH. DA PROPOSTA (21209731).
- 2.19. PROJETO EXECUTIVO SOLIUS (21222691);
- 2.20. DOCUMENTO CURVA ABC (21231605);
- 2.21. DOCUMENTO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA (21236324);
- 2.22. DOCUMENTO PLANILHA ORÇAMENTOS PRÓPRIOS (21231737);
- 2.23. PARECER CONJUR DESVIO DE FUNÇÃO (21232304);
- 2.24. TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES (21203835);
- 2.25. DOCUMENTO MATRÍCULA IMÓVEL (20866587).

3. Cabe ressaltar, ainda, a lista de documentos que deverá compor a DOCUMENTAÇÃO A SER DISPONIBILIZADA PARA O CERTAME LICITATÓRIO:

- 3.1. PROJETO BÁSICO GTED/DPF/FIG/PR (21250186);
- 3.2. ANEXO I - CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (20989230);
- 3.3. ANEXO II - FORMAÇÃO DO BDI (21238470);
- 3.4. ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CERTAME (21209659);
- 3.5. ANEXO IV - PRANCHAS MINIGERAÇÃO (21238061);
- 3.6. ANEXO V - PRANCHAS MICROGERAÇÃO (21238106);
- 3.7. ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (21209692);
- 3.8. ANEXO VIII - DIRETRIZES BÁSICAS DE ELÉTRICA (20117305);
- 3.9. ANEXO IX - DIRETRIZES DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS (20117343);
- 3.10. ANEXO X - DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA (20117674);
- 3.11. ANEXO XI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (20117717);
- 3.12. ANEXO XII - TERMO DE CESSÃO DE USO DE DIREITOS (20117766);
- 3.13. ANEXO XIII - DECLARAÇÃO CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (20117974);

- 3.14. ANEXO XIV - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE OBRA (20118351);
- 3.15. ANEXO XV - PLANILHA MODELO PARA PREENCH. DA PROPOSTA (21209731).
- 3.16. PROJETO EXECUTIVO SOLIUS (21222691).

**LUIZ CONDI DE GODOI**  
Agente de Polícia Federal  
Chefe do GTED/DPF/FIG/PR



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CONDI DE GODOI, Agente de Polícia Federal**, em 02/12/2021, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21271905** e o código CRC **5A734C74**.